

**TRABALHO INFANTIL SOB DIFERENTES OLHARES:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

**CHILD LABOR UNDER DIFFERENT LOOKS: SOCIAL
REPRESENTATIONS OF FAMILIES AND PROFESSIONAL
EDUCATION**

**TRABAJO INFANTIL BAJO DIFERENTES MIRADAS:
REPRESENTACIONES SOCIALES DE LAS FAMILIAS Y
PROFESIONAL EDUCACIÓN**

Aline Madia Mantovani¹

Renata Maria Coimbra Libório²

RESUMO: O trabalho infantil é um fenômeno que tem ocorrido em nossa sociedade desde os primórdios e se intensificou após a Revolução Industrial, tanto em situações domésticas e informais como na agricultura. Tendo em vista seu caráter social, econômico e cultural este estudo tem por objetivo traçar alguns apontamentos acerca do trabalho infantil a partir das representações sociais compartilhadas por famílias e profissionais da educação de duas escolas públicas estaduais de Presidente Prudente/SP. Tal problemática faz parte de uma pesquisa maior de abordagem qualitativa que adotou como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista, juntamente com câmeras fotográficas. O recorte apresentado nesse estudo remete-se aos dados obtidos por meio dos questionários e tem como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais. De acordo com os participantes, o trabalho infantil é revestido de inúmeras definições, ora positivas ora negativas, que influenciam o imaginário social e contribuem para a construção de situações tidas como protetoras e úteis ao desenvolvimento e/ou dotadas de prejuízos para quem a exerce.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil. Representações Sociais. Profissionais da educação. Famílias.

ABSTRACT: Child labor is a phenomenon that has occurred in our society since the beginning and intensified after the Industrial Revolution, both in domestic and informal situations such as in agriculture. Given its social, economic and cultural character this study aims to draw some notes about child labor from the social representations shared by families and education professionals from two public schools in Presidente Prudente/SP. This issue is part of a larger research of qualitative approach

¹Doutoranda em Educação/PPGE, pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente/SP. E-mail: alinemadia@hotmail.com.

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, docente na Graduação e na Pós Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente/SP. E-mail: coimbralibor@uol.com.br.

adopted as data collection instruments the questionnaire and the interview, along with cameras. The outline presented in this study refers to data obtained through the questionnaires and as theoretical reference the Theory of Social Representations. According to participants, child labor is coated numerous definitions, sometimes positive sometimes negative, that influence the social imaginary and contribute to the construction of situations viewed as protective and useful to the development and/or damage to the gifted who exercises.

KEYWORDS: Child labor. Social Representations. Education professionals. Families.

RESUMEN: El trabajo infantil es un fenómeno que se ha producido en nuestra sociedad desde el inicio y se intensificó después de la Revolución Industrial, tanto en situaciones domesticas e informales, como en la agricultura. Dado su carácter social, económico y cultural de este estudio tiene como objetivo sacar algunas notas sobre el trabajo infantil compartidas por las familias y los profesionales de la educación de dos escuelas públicas en Presidente Prudente/SP. Este tema forma parte de una investigación más amplia de enfoque cualitativo adoptado como instrumentos de recolección de datos el cuestionario y la entrevista, junto con las cámaras. El esquema presentado en este estudio se refiere a los datos obtenidos a través de los cuestionarios y como referente teórico la Teoría de las Representaciones Sociales. Según los participantes, el trabajo infantil está recubierto numerosas definiciones, a veces positiva a veces negativa, que influyen en el imaginario social y contribuyen a la construcción de situaciones consideradas como de protección y útil para el desarrollo y/o daños en el talento que ejerce.

PALABRAS CLAVE: Trabajo infantil. Representaciones Sociales. Profesionales de la educación. Familias.

INTRODUÇÃO

De um ponto de vista histórico, há evidências de trabalho infantil no Brasil desde o período de escravidão, com acirrado fortalecimento após a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII. De acordo com Kassouf (2007, p. 324),

Os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil ocorrem na época da escravidão, que perdurou por quase quatro séculos no País. Os filhos de escravos acompanhavam seus pais nas mais diversas atividades em que se empregava mão de obra escrava e exerciam tarefas que exigiam esforços muito superiores as suas possibilidades físicas. O início do processo de industrialização, no final do século XIX, não foi muito diferente de outros países no tocante ao trabalho infantil. Em 1890, do total de empregados em estabelecimentos industriais de São Paulo, 15% era formado por crianças e adolescentes.

A industrialização modificou a forma de trabalho dos artesãos, até então detentores da força de trabalho e de todo o processo de produção, dando lugar à mecanização, à produção em série, à ascensão da burguesia, ao desenvolvimento urbano e ao início da utilização das mãos de obra feminina e infantil, que compunham o quadro de trabalho preferido dos empregadores, pois os seus salários eram bem inferiores em relação aos de um homem adulto. Para Nunes (2009, p. 7) este período pode ser assim retratado:

Certamente, a Revolução Industrial foi um marco na história da humanidade que impulsionou todas as atividades humanas [...] As transformações que a Revolução Industrial provocou foram profundas, pois alteraram as condições de vida do trabalhador braçal, fazendo com que houvesse um intenso deslocamento da população rural para as cidades. A Revolução criou enormes concentrações urbanas na Inglaterra e oportunizou um rápido crescimento das cidades.

Diante deste panorama, é possível notar que o trabalho infantil é um fenômeno antigo, revestido de um caráter social, econômico e cultural, que atinge crianças e adolescentes, meninos e meninas de todo o mundo, com o agravante de ser subnotificado em algumas situações mais preocupantes.

Estamos entendendo como “infantil” o trabalho que se realiza abaixo dos 14 anos de idade, configurado no Brasil como atividade proibida, com base nas prescrições da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), de onde se podem observar quatro períodos mínimos de idade para a participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho: 1) até os 14 anos a participação é considerada proibida; 2) dos 14 aos 16 anos, somente é permitida na condição de aprendiz; 3) dos 16 aos 18 anos, é permitida ao trabalho comum e 4) a partir dos 18 anos é que pode haver a participação em todo tipo de trabalho (MANTOVANI, 2012).

De acordo com a literatura da área, essa participação de crianças e adolescentes em trabalho pode se dar em três modalidades: doméstica, informal urbana e rural. O “trabalho infantil doméstico” caracteriza-se como atividade de cuidar de casas, pessoas ou animais (domésticos), realizada para a própria família e/ou para terceiros, podendo haver ou não pagamento de qualquer natureza (ALBERTO et al., 2005). Esta é uma das situações de trabalho em que mais casos encontram-se subnotificados, seja devido à inviolabilidade do lar e/ou à crença de que o trabalho se dá para a aprendizagem de afazeres domésticos.

Já o trabalho infantil na modalidade “informal” caracteriza-se como aquele que se executa fora do mercado de trabalho organizado por leis e fiscalizações disponíveis, como em estacionamentos, bares, lanchonetes, floricultura, mercadinhos e olarias, caracterizando-se como “[...] economia não oficial, irregular, não declarada, marginal, clandestina”, de acordo com Neto, Neves e Jayme (2002, p. 83).

Por fim, o trabalho infantil na área “rural”, segundo estudos de Stropasolas (2012), caracteriza-se como atividades de arar a terra, cultivar o solo, plantar/colher produtos, manusear elementos químicos e/ou cortantes e cuidar de animais, trabalho este também

revestido de uma ideia de aprendizagem e de ajuda aos mais velhos.

O envolvimento de crianças e adolescentes em situações de trabalho - doméstico, informal urbana e/ou rural – tem sido considerado de diferentes formas, ora revestido de aspectos negativos ao desenvolvimento, ora considerado fator positivo para quem o exerce. À primeira vista contraditórias, tais definições alertam para a multiplicidade de sentidos que envolvem o trabalho infantil e a fragilidade que tem uma visão linear sobre o fenômeno, fatores estes que implicam na construção/transmissão das inúmeras representações sociais que permeiam nossa sociedade, como veremos a seguir nos questionários de 45 profissionais da educação (PE) e 72 famílias (FA), participantes do nosso estudo.

Autores como Blagbrough (2008), Kassouf (2005), Moreira e Stengel (2003) e a Organização Internacional do Trabalho/OIT, dentre outros, consideram o trabalho infantil a partir de uma visão negativa, entendido como uma violação dos direitos garantidos por lei por expor quem o exerce a situações que podem levar a prejuízos físicos, psicológicos e escolares bastante preocupantes, inclusive concordando com sua total eliminação. Por outro lado, temos estudiosos que problematizam posições mais universalistas quanto à erradicação do trabalho infantil, apontando-o como fator positivo ao desenvolvimento por contribuir com a percepção, a motivação para a continuidade dos estudos, a autoestima, a responsabilidade e para a construção de projetos de vida melhor, como apontam alguns estudos de Alves-Mazzotti (2002); Liebel (2007) e Woodhead (2004), por exemplo.

Sendo assim, o referencial teórico fornecido pela Teoria das Representações Sociais vai ao encontro dessas questões referentes à multiplicidade de sentidos advindos quando pensamos no trabalho infantil. De acordo com Alves-Mazzotti (2008, p. 18) “[...] o estudo das representações sociais investiga como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana”. O conceito de representação social foi introduzido por Serge Moscovici, em 1961 e de acordo com Alexandre (2004, p. 124) “Moscovici apresenta um estudo onde tenta compreender de que forma a psicanálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, adquire uma nova significação pelos grupos populares”.

O trabalho infantil, revestido de uma multiplicidade de sentidos, implica, muitas vezes, na construção e compartilhamento de representações sociais cada vez mais distintas. Salientaremos esses diferentes pontos de vista a partir da análise das representações sociais de famílias e profissionais da educação que com ele conviveram em sua infância/adolescência e/ou convivem em suas salas de aula/escolas atualmente.

A seguir, delineamos os procedimentos metodológicos adotados no estudo, traçamos apontamentos quanto aos dados obtidos e lançamos mão de algumas considerações formuladas para fortalecer o debate sobre o tema.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo ora apresentado adotou uma abordagem qualitativa de pesquisa e foi desenvolvida com profissionais da educação (PE) e famílias (FA) de duas escolas públicas estaduais do município de Presidente Prudente/SP. Conforme ressalta Neves (1996, p. 1), da pesquisa qualitativa “[...] faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo” e por ser “[...] frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados”. Já André (2005, p. 47) acredita que as “[...] abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe a realidade como uma construção social”, fator que contribui para o nosso entendimento sobre a construção das representações sociais dos sujeitos participantes.

Para a obtenção dos dados utilizamos um questionário elaborado com o objetivo de alcançar um número significativo de opiniões acerca do trabalho infantil, dada a multiplicidade de sentidos que envolvem o fenômeno e o caracteriza tanto como algo negativo e prejudicial à saúde, à escolarização e à renda, quanto um fator positivo ao desenvolvimento de quem o exerce. Tivemos 72 FA e 45 PE para compor a amostra.

Apenas a título de esclarecimento, o estudo maior contemplou uma segunda fase (Fase II) em que lançamos mão da entrevista para nos ajudar a traçar um olhar mais qualitativo sobre os dados obtidos, o que foi complementado pelo uso de métodos visuais, especificamente, a fotografia. Participaram nesta fase da pesquisa (entrevistas e fotografias) as 04 FA que mais significativamente demonstraram em seus questionários envolvimento com situações de trabalho infantil; para a seleção dos 08 PE seguimos os mesmos critérios, porém, contamos ainda com a indicação da coordenação/direção da escola quanto aos PE que mais teriam contato com crianças e/ou adolescentes envolvidos em situações de trabalho em suas salas de aula (MANTOVANI, 2012).

Caracterização da amostra

Foram convidados a participar todos os PE e FA de ambas as escolas

(ESCOLA A e ESCOLA B) selecionadas a partir do estudo de Libório (2009) para compor a amostra. Sendo assim, inicialmente, não tínhamos estipulado um número fixo de sujeitos participantes, o que totalizou na Escola A 17 PE e 33 FA e na Escola B 28 PE e 39 FA.

Todos os participantes responderam a um questionário, que tinha por objetivo obter dados sociodemográficos (idade, sexo, bairro em que mora, profissão, tempo de trabalho, renda mensal e escolaridade) e a sua opinião sobre o(s) impacto(s) do trabalho infantil. Especificamente, no questionário dos PE buscamos investigar a presença/ausência de crianças e adolescentes trabalhadores na escola e/ou sala de aula; a percepção que tinham sobre o(a) estudante trabalhador(a) e as ações da escola e do(a)s docentes voltadas/ou não para o atendimento desses sujeitos. No questionário utilizado com as FA as questões se centraram na presença/ausência de trabalho durante a infância/adolescência do participante; os possíveis impactos positivos/negativos do trabalho sobre suas vidas e sua opinião sobre a influência do trabalho na vida das crianças e adolescentes trabalhadores.

Para a obtenção das representações sociais compartilhadas por esses grupos as perguntas eram: “Escreva abaixo 05 palavras (sentimentos, pensamentos, imagens) que lhe vem à mente quando você pensa em ‘TRABALHO’” e “Agora escreva as 05 palavras (sentimentos, pensamentos, imagens) que lhe vem à mente quando você pensa em ‘TRABALHO INFANTIL’”.

As questões iniciais foram analisadas por meio da utilização do programa SPSS, versão 14.0; já as questões de evocação livre de palavras através do *software Ensemble de Programmes Permettant l’Analyse des Évocations* (EVOC, 2002), elaborado por Pierre Verges.

O TRABALHO INFANTIL E SUAS REPRESENTAÇÕES

Perfil dos participantes e contato com o trabalho infantil

Nesta seção iremos apresentar os dados dos PE e FA participantes do estudo, quais sejam aqueles obtidos por meio dos questionários aplicados, cujo enfoque se deu sobre o perfil dos participantes, o contato com situações de trabalho infantil e suas evocações – representações sociais construídas e compartilhadas.

Em relação aos PE, tivemos 45 participantes, sendo 17 da Escola A e 28 da Escola B. Essa amostra foi composta por 84% (n=38) de mulheres e 16% (n=07) de homens e, com relação à idade, dos 43 respondentes a essa questão, a maioria (35,6%) se encontra na faixa etária entre 41 e 50 anos, seguidos daqueles entre 31 e 40 anos (24,4%), 51 e 60 anos

(17,8%), 20 e 30 anos (15,5%) e apenas um participante (2,2%) com idade acima de 61 anos.

O grupo formado pelas FA participantes é composto por 72 sujeitos. Desses, 51 (70,8%) são do gênero feminino, 19 (26,4%) do masculino e dois participantes não se identificaram nesta questão. Em relação à idade tínhamos uma concentração na faixa etária dos 31 aos 40 anos (48,6%) e dos 41 aos 50 (30,5%), o que, juntos, somavam mais da metade das FA participantes, ou seja, 79,1% (n=57) do total da amostra. Também pode ser destacada a participação de pessoas com mais idade, como, por exemplo, de 51 a 60 anos (4,2%), de 71 a 80 (2,8%) e de 61 a 70 (1,4%).

Nas questões seguintes do questionário começamos a observar o contato que os participantes tinham com crianças e adolescentes trabalhadores e o que pensavam sobre o trabalho infantil.

De acordo com 95,6% dos PE havia nas escolas e/ou salas de aula em que trabalhavam crianças e adolescentes em situação de trabalho, o que nos leva a um estudo realizado por Libório (2009) nas mesmas instituições e em outras oito escolas de Presidente Prudente/SP, em que se observou que, dos 702 participantes do estudo, 86% disseram realizar algum tipo de trabalho em sua casa e/ou na casa de terceiros (trabalho infantil doméstico) e 35% afirmaram realizar atividades de trabalho no setor informal urbano e rural.

A seguir, foi perguntado aos participantes como eram as crianças e adolescentes trabalhadores em sala de aula/escola e quais as ações, propostas, atitudes da escola e dos seus membros, planejadas e/ou realizadas, para lidar com as situações de trabalho precoce que ocorriam/ocorrem em seu interior.

Para esses PE, os trabalhadores infantis que conheciam apresentavam várias características favoráveis ao seu desenvolvimento e estabeleciam, inclusive, comparações com aqueles alunos(as) que não trabalhavam no momento de descrevê-los: eram mais responsáveis, realistas, esforçados, ativos, educados e disciplinados; tinham boa educação no convívio escolar; tinham maior compromisso com os estudos; apresentavam bom rendimento escolar e maior responsabilidade social.

Quanto aos aspectos negativos elencados por eles pudemos observar a predominância de prejuízos físicos e escolares causados pelo trabalho precoce sobre o trabalhador, confirmados pela relação entre cansaço/sonolência e escolarização, pois acreditam que, por estarem cansados do trabalho, esses trabalhadores teriam seu rendimento escolar prejudicado. Alguns termos elencados foram: cansaço, desânimo, indisposição, sonolência, problemas de comportamento (rebeldia, indisciplina), notas regulares, rendimento

escolar prejudicado/baixo e às vezes não conseguiam realizar as atividades.

Noutras vezes, apareceram em suas respostas aspectos positivos e negativos de forma simultânea, o que nos leva a pensar na multiplicidade de sentidos atribuídos ao trabalho infantil e suas inúmeras consequências sobre o sujeito trabalhador, dotadas de uma ambivalência e de uma definição não muito simplista. De forma ilustrativa, elencamos algumas dessas falas abaixo:

Tem casos que o trabalho prejudica, mas há casos que gera maturidade. (PE, sujeito 14)¹.

De um lado eram mais responsáveis e comprometidos com as atividades, e por outro havia alunos que afirmavam estar cansados para realizarem as atividades. (PE, sujeito 5).

De uma forma geral, as respostas dos participantes ficaram centradas em cinco pontos principais: 1) trabalho relacionado a aspectos favoráveis ao desenvolvimento; 2) trabalho relacionado a aspectos negativos ao desenvolvimento; 3) presença simultânea de aspectos positivos e negativos do trabalho; 4) importância das instituições que formam e encaminham jovens para o mercado de trabalho e 5) relação entre aluno(a)s trabalhador(a)s e não trabalhador(a)s.

Diante deste panorama, os PE deveriam enumerar as ações planejadas/concluídas pela escola para lidar com as situações de trabalho infantil presentes em seu contexto. Grande parte deles acredita que a escola deve agir de alguma forma diante da presença de aluno(a)s trabalhadore(a)s em seu interior, tanto com ações voltadas para a comunicação aos pais e ao conselho tutelar quando necessário quanto incentivando e encaminhando o aluno para o mercado de trabalho, com garantias de acompanhamento do seu rendimento escolar. Eis algumas dessas falas:

Conversar com os pais sobre a queda do rendimento e verificar se as condições do trabalho do discente são adequadas, talvez, propor que o aluno entre em projetos de estágio/aprendiz. (PE, sujeito 1).

Têm escolas que até ajudam a eles arrumarem emprego, a escola costuma ter muita tolerância com os alunos que trabalham. (PE, sujeito 12).

A escola deve dar incentivo e apoio estando observando o rendimento dessas crianças em sala de aula. (PE, sujeito 33).

Noutro ponto, também tivemos participantes que elencaram ações pontuais, tanto da escola como deles próprios, para lidar com essa situação, o que nos leva a observar que eles têm a noção de que é necessário realizar ações que sejam fundamentais sobre a

escolarização destes sujeitos, como a adaptação do currículo, dinamização das aulas, flexibilização para a entrega de trabalhos e horário de entrada/saída da escola.

Quanto às FA participantes, a maioria (76,4%) disse ter realizado algum tipo de trabalho durante a infância e/ou adolescência e ainda se encontra trabalhando, enquanto 23,6% (n=17) disseram não ter exercido atividades laborais precoces. Sendo assim, quando questionadas sobre os impactos do trabalho infantil sobre suas vidas as respostas puderam ser organizadas em duas categorias: impacto(s)/interferência(s) positivo(s) do trabalho em sua própria vida e impacto(s)/interferência(s) negativo(s) do trabalho em sua própria vida.

Quanto aos aspectos positivos do trabalho infantil que realizaram, os participantes consideraram, principalmente, futuro, responsabilidade, aprendizado, formação, amizade, socialização, compromisso, autoestima positiva, ocupar o tempo, valorização pessoal, formação pessoal; valorização pessoal, do trabalho, da vida e do dinheiro adquirido; aquisição de experiência, independência financeira, caráter edificante, preparação para o futuro e interesse pessoal.

Outro fator considerado positivo pelos participantes foi a oportunidade do trabalho “livrar de coisas ruins”. Diante dos inúmeros problemas que o trabalho pode causar a quem o exerce, como implicações sobre a saúde, os rendimentos e a escolarização (BENVEGNÚ et. al, 2005; CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003; NICOLELLA; KASSOUF; BARROS, 2009) está presente no imaginário destas FA que trabalhar é melhor que o ócio, pois este leva a “aprender coisas erradas”. No entanto, é preciso considerar que atividades de lazer, cultura, esporte e educação também podem ocupar este tempo livre das crianças e adolescentes e contribuir com o seu aprendizado, o que nos leva a questionar a qualidade deste tipo de serviço oferecido em nosso país à população desta faixa etária. Apenas a criação de leis e programas voltados para crianças e adolescentes não os torna atrativos, nem mesmo coerentes com os desejos e necessidades daqueles a quem se destina, o que acaba perdendo espaço para a inserção precoce em trabalho: tem-se como pensamento que “é melhor trabalhar”.

Foi muito bom, a gente aprende muitas coisas boas e não tem tempo de ficar pelas ruas aprendendo coisa que não presta, não me arrependo de nada. (FA, sujeito 59).

É muito bom trabalhar cedo, que a gente ocupa o tempo trabalhando e não tem tempo de aprender coisas erradas. Por isto que hoje tem muitos menores fazendo coisas erradas nas ruas. (FA, sujeito 12).

Em relação aos fatores negativos do trabalho sobre suas vidas apareceram

nessa questão respostas relacionadas à falta de motivação para outras atividades e para os estudos; os prejuízos sobre as atividades de lazer, descanso e estudos; o trabalho precoce por necessidade familiar; a escolarização prejudicada e a anulação da vida, aspectos esses que refletem, inclusive, sobre sua situação de vida atual:

Na época em que eu estudava minha família passava por certa dificuldade então tive que largar os estudos cedo. Hoje sinto uma enorme dificuldade em conseguir emprego, tenho algumas experiências devido na época não ter tanta exigência escolar, mais se eu tiver oportunidade, vou voltar a estudar. (FA, sujeito 10).

Acho que comecei a trabalhar muito cedo, isso fez eu anular um pouco minha vida, pois gostaria de ter feito faculdade. (FA, sujeito 23).

Atrapalhou meus estudos, se tivesse estudado estaria em trabalho melhor, oportunidade eu tive, mas não tinha estudos. (FA, sujeito 72).

Diante destas falas notamos que as FA percebem os prejuízos sobre sua escolarização e as implicações atuais que este fator gerou para suas vidas. Porém, novamente voltamos ao questionamento feito anteriormente sobre a qualidade da escola que frequentaram em sua infância/adolescência, a condição de pobreza de sua família, que os impedia do acesso e da permanência na escola, e a realidade em que viviam, pois acreditamos que o trabalho não pode ser considerado o único fator que leva ao abandono escolar – crianças e adolescentes que não trabalham também saem da escola, mesmo quando ainda estão no período de escolarização obrigatória.

Notamos que a maioria das FA considera os pontos positivos do exercício do trabalho durante a infância e adolescência, enquanto aquelas que consideram os negativos o fazem relacionando-os a fatores subjetivos, como a falta de motivação e a perspectiva de um futuro melhor.

Quando trabalha se perde a juventude, escola e trabalho é cansativo, a formação do aluno no ensino é cansativo. A criança não tem vontade de estudar e a criança não consegue se formar porque ela não consegue estudar; agrava muito a saúde, esforço físico, eu tenho problema de coluna, pegar muito peso e numa idade você sente tudo isso aí, se eu estudasse teria ido mais longe. (FA, sujeito 25).

Os adolescentes se tornam pessoas mais responsáveis, reconhecem o trabalho e esforço dos pais para o seu sustento. Mas também podem crescer sem expectativas de um futuro melhor, pois sobra pouco tempo para o estudo. (FA, sujeito 34).

Evocações livres de palavras – representações sociais

Diante da caracterização dos sujeitos participantes do estudo e do contato que tiveram com o trabalho infantil apresentamos aqui os sentimentos, pensamentos e imagens evocadas por eles diante das questões: “Escreva abaixo 05 palavras (sentimentos, pensamentos, imagens) que lhe vem à mente quando você pensa em TRABALHO”. “Agora escreva as 05 palavras (sentimentos, pensamentos, imagens) que lhe vem à mente quando você pensa em TRABALHO INFANTIL”. Devido à especificidade deste artigo, centraremos nossas discussões apenas nas evocações obtidas diante da palavra estímulo “trabalho infantil” (segunda questão apresentada).

Todo o material evocado foi digitado em uma planilha eletrônica, fornecida pelo programa Excel (versão 2007), exportado e analisado por meio do *software* EVOC, versão 2000 (EVOC, 2002). Tais dados contribuíram para o entendimento das representações sociais construídas/compartilhadas por ambos os grupos.

O conceito de Representação Social foi introduzido por Serge Moscovici, em 1961, por meio da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, estudo este sobre a representação social da Psicanálise. De acordo com Jodelet (2001, p. 17) as representações sociais nos ajudam a compreender a realidade e seus fenômenos essenciais, dado o número de informações que recebemos a todo o instante, os conceitos e pré-conceitos que formamos e a necessidade que sentimos de elaborar nossos próprios conhecimentos, até mesmo para nos ‘ajustarmos’, ‘pertencermos’ ao grupo que nos cerca: “[e]is porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana [...] Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. Segundo Ramos e Novo (2002, p. 29):

As representações sociais são formas de conhecimentos socialmente elaborados e partilhados, cujo propósito é transformar algo não familiar em familiar, expressando uma mediação entre o sujeito psíquico e a realidade social. A representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação a um mundo, mas seu processo de produção é social.

Formada por um núcleo central e seus elementos periféricos (periferias), uma representação é um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes. Segundo Abric (2001), o núcleo central é determinado pela natureza do objeto apresentado e pela relação que o sujeito mantém com esse objeto, constituindo, assim, as crenças, valores e atitudes historicamente associados ao objeto e, por isso, mais difíceis de serem atingidos/modificados por elementos externos. Já os elementos periféricos, localizados em torno do núcleo central e organizados por ele, estão mais associados às características

individuais e ao contexto imediato a que pertencem, com o predomínio da flexibilidade e individualidade.

Tendo por base tais estudos, buscamos traçar e analisar as representações sociais produzidas e compartilhadas por PE e FA que tiveram/têm contato com situações de trabalho infantil, dada a multiplicidade de sentidos que lhe é atribuído e os diferentes impactos que pode ter sobre quem o exerce.

Iniciamos as análises pelos dados obtidos junto aos PE com os questionários. Frente à palavra estímulo ‘trabalho infantil’, este grupo evocou 210 palavras, sendo 114 delas palavras diferentes. A palavra de maior frequência foi ‘exploração’ e apareceu 22 vezes, seguida das palavras ‘perda da infância’ (8) e ‘tristeza’ (8), termos estes presentes no primeiro quadrante, compondo o núcleo central das representações sociais do trabalho infantil: por ser fator de ‘exploração’, o trabalho pode acarretar a ‘perda da infância’ e sentimentos negativos como o de ‘tristeza’.

Nos segundo, terceiro e quarto quadrantes (1ª, 2ª e 3ª periferias) aparecem palavras como ‘baixo rendimento’, ‘necessidade’, ‘responsabilidade’, ‘dificuldade’, ‘futuro’, ‘pobreza’, ‘violência’, ‘dinheiro’, ‘fome’, dentre outras, que, tomadas em conjunto, nos remetem aos prejuízos ao desenvolvimento (exploração, perda da infância, desrespeito), à aprendizagem (evasão escolar, baixo rendimento), à autoestima (tristeza, violência, dificuldade) e que se relacionam às precárias condições de vida a que estão submetidas a maioria da população em nosso país (necessidade, fome, pobreza, miséria), características estas que se fazem presentes no discurso politicamente correto que defende a erradicação do trabalho infantil.

O Quadro 1 e a legenda das categorias podem nos auxiliar no entendimento de tais representações construídas e compartilhadas pelos PE observados em nosso estudo.

Quadro 1: Categorias – Trabalho Infantil

<p>NÚCLEO CENTRAL</p> <p>Sentimentos Negativos (3)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS</p> <p>1ª Periferia</p> <p>Condições de Vida (1)</p> <p>Prejuízos à Educação (1)</p> <p>Sentimentos Positivos (1)</p>
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS</p> <p>2ª Periferia</p> <p>Condições de Vida (4)</p> <p>Sentimentos Negativos (5)</p> <p>Sentimentos Positivos (1)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS</p> <p>3ª Periferia</p> <p>Condições de Vida (2)</p> <p>Prejuízos à Educação (1)</p> <p>Sentimentos Negativos (4)</p> <p>Sentimentos Positivos (3)</p>

Legenda das categorias – Trabalho infantil

Categoria 1 – Condições de Vida: necessidade, necessidade familiar, pobreza, miséria, fome,

remuneração, dinheiro.
Categoria 2 – Sentimentos Positivos: responsabilidade, independência, futuro, oportunidade, sem-abuso.
Categoria 3 – Sentimentos Negativos: exploração, perda da infância, desrespeito, tristeza, limite, regra, violência, dificuldade, indignação, injustiça, falta de oportunidade, obrigação.
Categoria 4 – Prejuízos à Educação: baixo rendimento, evasão escolar.

De acordo com o quadro e a legenda, a categoria ‘Sentimentos Negativos’ faz parte do núcleo central das representações, com destaque para a frequência da palavra ‘exploração’ (22) frente às demais. Esta categoria também aparece nas 2ª e 3ª periferias, com frequência significativa de palavras.

Outra categoria que se destacou foi ‘Condições de Vida’, que apareceu nas três periferias, constituída pelas palavras dinheiro, necessidade, necessidade familiar, pobreza, fome, miséria e remuneração.

Também tivemos algumas palavras que remetiam à categoria ‘Sentimentos Positivos’ (como responsabilidade; independência, futuro, oportunidade e sem abuso) e a quarta categoria referente aos ‘Prejuízos à Educação’, que aparecem nas 1ª e 3ª periferias com as palavras baixo rendimento e evasão escolar. Notamos que, por estarem mais diretamente ligados à escolarização das crianças e adolescentes que trabalham, esses profissionais percebem algumas consequências (positivas e/ou negativas) advindas pelo exercício de atividades laborais sobre o desenvolvimento escolar desses sujeitos.

Notamos que as representações sociais dos PE sobre o trabalho infantil são fortemente marcadas por elementos negativos, ligados à exploração, à miséria e à necessidade familiar, passando por prejuízos na escolarização e nas condições objetivas de vida, mesmo que possam contribuir no desenvolvimento da responsabilidade e independência.

Para as representações sociais das FA participantes alguns apontamentos se destacam. O primeiro deles é que esta foi a questão que obteve menos respostas dos participantes e quando o fizeram evocavam apenas uma ou duas palavras, quando, na verdade, era pedido que falassem as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente. De acordo com Menin (2006, p. 43) tal fato pode ser um indicativo da zona muda das representações sociais, que ocorre principalmente pela ‘pressão’ exercida sobre o sujeito do ‘discurso politicamente correto’, que permeia/marca/define sua opinião. Segundo a autora, “zona muda” são “espaços de representações que embora sejam comuns a determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de investigação, pois são consideradas como não adequadas em relação às normas sociais vigentes”.

Foram evocadas 194 palavras, sendo 129 palavras diferentes, e a palavra mais evocada foi ‘exploração’, juntamente com tristeza, falta de estudo, isolamento, maldade, crueldade, abuso, privação, desrespeito, preparo, lazer etc.

Observando o núcleo central e as três periferias formadas percebemos a presença de termos positivos e negativos, assim como observado durante a análise das demais questões do questionário das FA, conforme exposto anteriormente: quando analisamos o núcleo central aparecem duas palavras positivas e duas negativas; já na 3ª periferia, notamos que se destacam aspectos positivos do trabalho infantil, mais que aqueles negativos.

Outro aspecto a ser observado é que, de acordo com a literatura, é na 3ª periferia que as representações sociais dos indivíduos e grupos podem começar a ser modificadas, tanto pela vivência pessoal como pelos discursos postos e compartilhados na sociedade. Sendo assim, se temos uma representação social do trabalho infantil demarcada pela ambivalência, que o concebe ora como fator positivo ora como fator negativo, tal fator pode ser apontado como um dos aspectos que dificultam os encaminhamentos ao conselho tutelar de casos mais graves de trabalho, vistos, por muitos, como ajuda, formador, socializador e potencializar do desenvolvimento e não como algo prejudicial.

O núcleo central das representações das FA sobre o trabalho infantil é formado pela ideia de exploração, aprendizagem, bom e tristeza, palavras estas que podem estar indicando uma representação diluída a respeito do trabalho infantil e que deve ser pensada a partir das características que o trabalho tem e de quem o exerce.

Um terceiro aspecto a destacar é que as FA também percebem que a escolarização da criança e do adolescente pode ser afetada pelo exercício do trabalho. As palavras evocadas juntamente com o termo ‘educação’ (financeiro, lazer, futuro) nos dão a ideia de que o trabalho é um dos fatores que contribuem positivamente para o crescimento do indivíduo, mas que também pode agir negativamente sobre seu desenvolvimento, por ser considerado absurdo e estar relacionado a descaso e tristeza. Por prejudicar a escolarização, esse trabalho ainda denota a incapacidade do adulto em prover as necessidades da família e impedir a criança e o adolescente de sonhar, viver e brincar.

Quadro 2: Categorias – Trabalho Infantil

NÚCLEO CENTRAL	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS
-----------------------	---------------------------------

Sentimentos Positivos/Valores (2) Sentimentos Negativos (2)	1ª Periferia Prejuízos à Educação (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS 2ª Periferia Sentimentos Positivos/Valores (4) Sentimentos Negativos (5) Prejuízos à Educação (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS 3ª Periferia Sentimentos Positivos/Valores (6) Sentimentos Negativos (3) Condições de vida (1)

Legenda das categorias – Trabalho Infantil

Categoria 1 – Sentimentos Positivos/Valores: aprendizagem, futuro, bom, honestidade, importante, imagem, pensamento, responsabilidade, pensamento, incentivo, realização, ocupar mente.
Categoria 2 – Sentimentos Negativos: exploração, tristeza, errado, escravidão, maldade, proibido, perda infância, viver, lazer.
Categoria 3 – Prejuízos à Educação: estudar, educação, prejudica escolarização.
Categoria 4 – Condições de Vida: sobrevivência.

Observando o quadro e a legenda das categorias referentes às evocações do trabalho infantil das FA notamos que as categorias ‘Sentimentos Positivos/Valores’ e ‘Sentimentos Negativos’ foram as categorias que se destacaram quanto à frequência das evocações e fazem parte do núcleo central das representações sobre o trabalho infantil. Nas 2ª e 3ª periferias essas categorias também comparecem, juntamente com as categorias ‘Prejuízos à Educação’ e ‘Condições de Vida’, estruturando uma representação marcada ora pelos prejuízos ora pelos possíveis benefícios que o trabalho pode acarretar a quem o exerce precocemente.

O último aspecto a ser considerado é que, se compararmos as palavras que fazem parte do núcleo central das representações sociais dos PE e das FA, percebemos que, apesar das diferentes palavras contidas no contexto das evocações dos dois grupos, elas se aproximam quando falamos dos aspectos negativos que configuram suas representações sobre o trabalho infantil, inclusive tem a mesma palavra como a mais evocada: ‘exploração’. No entanto, para as FA, fatores positivos também aparecem, denotando uma visão ambivalente referente ao fenômeno, mais próxima as suas próprias experiências de trabalho; na fala dos PE, fica evidente uma visão mais centrada nos discursos politicamente corretos postos em nossa sociedade, que enfatizam os aspectos negativos do trabalho.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Buscamos aqui analisar o(s) impacto(s) do trabalho infantil sobre o desenvolvimento, tendo em vista tanto o contato com aluno(a)s trabalhador(a)s, no que se refere aos PE, quanto suas experiências pessoais de trabalho precoce, no caso das FA. Tal discussão faz parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo foi compreender as representações sociais destes grupos acerca do trabalho e, principalmente, do trabalho infantil, e sua avaliação quanto à aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e adolescentes trabalhadores (MANTOVANI, 2012). Tendo em vista nosso objetivo de compreender as representações sociais de PE e FA acerca do trabalho infantil centramos nossas análises sobre os dados obtidos com os questionários utilizados naquele estudo maior.

As representações sociais dos participantes trouxeram vários aspectos do discurso que se tem hoje sobre o trabalho infantil, ora descrito como fator negativo, ora concebido como incentivador e que pode ser uma forma de prevenir dos perigos da rua, seja o trabalho que ocorre em âmbito doméstico e/ou o trabalho informal urbano e o rural.

O trabalho infantil deve ser encarado como uma realidade que persiste em nossa sociedade, apesar da legislação vigente que o proíbe, tanto por questões econômicas como culturais. Os fatores econômicos acirram as desigualdades sociais e perpetuam ciclos de pobreza entre as famílias, que veem no trabalho de seus filhos a única forma de amenizar os impactos da condição em que se encontram. Com relação aos aspectos culturais e de desenvolvimento favoráveis a sua ocorrência, destacamos o fato de o trabalho ser visto como favorecedor da responsabilidade, autoestima positiva, socialização e por afastar as crianças e adolescentes da marginalidade e dos vícios, bem como pela subjetividade e vontade do próprio indivíduo trabalhador, que também vê no trabalho uma forma de adquirir independência pessoal e financeira e ajudar na sobrevivência de sua família.

De uma forma geral, para os PE o(a)s aluno(a)s trabalhadores são os estudantes mais maduro(a)s, responsáveis, que têm maior compromisso com os estudos, buscam mais cedo independência dos pais e se socializam com mais facilidade e desenvoltura, apresentando, em contrapartida, dificuldade de aprendizagem devido ao sono e ao cansaço que sentem após o trabalho que exercem. Esta percepção do trabalho infantil é o que vai guiar as ações da escola e de seus membros, elencadas pelos participantes: orientação, encaminhamento e observação. Todavia, ainda que se pautem em ações de assistência social e prestação de esclarecimentos para os pais, alguns professores percebem que a forma como está (des)organizada a escola não atenderá os alunos, trabalhadores ou não. Percebem que é preciso modificar as práticas docentes, adaptar conteúdos, flexibilizar horários e trabalhos,

principalmente para tornar a escola um local mais agradável e de qualidade para todas as crianças e adolescentes e mais viável para os alunos trabalhadores. Sendo assim, se torna necessário questionar o discurso que caracteriza o trabalho como o fator exclusivo do abandono da escola.

Para as FA também prevalece essa ambivalência, que define o trabalho como natural (principalmente o doméstico), formador e que leva ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social, por um lado, mas que deve ser prevenido porque criança tem que estudar ‘pra ser alguém na vida’, por outro.

Notamos que o trabalho infantil (doméstico, informal urbano e rural) é revestido na sociedade de uma multiplicidade de sentidos, que também se fez notar na fala dos participantes deste estudo, principalmente ao considerarmos suas próprias experiências de trabalho e/ou o contato com crianças e adolescentes trabalhadores.

Sendo assim, é preciso questionar posições generalistas do trabalho infantil, que defendem sua total eliminação, apontado como o único, ou um dos únicos, motivos para o abandono da escola, para rendimentos baixos no futuro e inserção em trabalhos desfavoráveis na idade adulta. Também se faz necessário pensar mais enfaticamente sobre qual o papel da escola e de seus membros diante da presença de crianças e adolescentes trabalhadores em seu interior, sendo a comunicação aos pais e ao conselho tutelar ações que nem sempre contribuem para a diminuição de impactos negativos e o aumento de impactos positivos sobre quem trabalha.

Nota

ⁱ Ressaltamos que as falas utilizadas nesse trabalho são apenas ilustrativas para as discussões elencadas, diante do grande acervo de dados coletados na pesquisa maior. Para a identificação das mesmas, todos os questionários foram enumerados - PE: do número 01 ao 45 (número total de PE participantes); FA: do número 01 ao 72 (número total de FA participantes).

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. O estudo experimental das Representações Sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 155-171.

ALBERTO, M. F. P. et al. *O trabalho infantil doméstico em João Pessoa-PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. João Pessoa: OIT, 2005.

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação* (ANPED), n. 19, p. 87-98, 2002.

_____. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. São Paulo: *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.

ANDRÉ, M. E. D. A. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005.

BENVEGNÚ, L. A. et al. Work and behavioral problems in children and adolescents. *Oxford Journals: International Journal of Epidemiology*, n. 34, p. 1.417-1.424, 2005.

BLAGBROUGH, J. Child domestic labour: a modern form of slavery. *Children and Society*, Canadá, n. 22, p. 179-190, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: ago. 2011.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 1, p.119-129, 2003.

EVOC. *Conjunto de programas que permitem a análise de evocações*, versão 5: Manual. Provence, Apostila, 2002.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *As Representações Sociais*. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

KASSOUF, A. L. A ameaça e o perigo à saúde impostos às crianças e aos jovens em determinados trabalhos. In: CORRÊA, L. B.; VIDOTTI, T. J. (Coord.). *Trabalho infantil e direitos humanos – homenagem a Oris de Oliveira*. São Paulo: LTr, 2005. p. 121-145.

_____. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, Minas Gerais, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2007.

LIBÓRIO, R. M. C. *Crianças e adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre*. 2009. 248f. Relatório de pesquisa. Não publicado (enviado ao CNPq), 2009.

LIEBEL, M. Opinion, dialogue, review. The new ILO report on child labor: a success story, or the ILO still at a loss? *Childhood*, v. 14, p. 279-292, 2007.

MANTOVANI, A. M. *Trabalho infantil e desenvolvimento na perspectiva de profissionais da educação e famílias*. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

MENIN, M. S. DE S. Representação Social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 1, p. 43-52, jan./abr. 2006.

MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Org.). *Narrativas infanto-juvenis sobre trabalho doméstico*. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, Save the Children, 2003.

NETO, A. C.; NEVES, M. A.; JAYME, J. G. Setor informal: abrigo para o trabalho infantil. In: MARQUES, M. E.; NEVES, M. A.; NETO, A. C. (Org.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002. p. 79-98.

NICOLELLA, A. C. *Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil*. 2006. 167f. Tese. (Doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NUNES, I. B. *O trabalho infantil na Revolução Industrial inglesa: uma contribuição ao trabalho docente na sétima série*, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1397-8.pdf>. Acesso em: ago. 2011.

RAMOS, F. P.; NOVO, H. A. Representações Sociais de governo, justiça e polícia: um estudo nas camadas média e popular da Grande Vitória/ES. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 4, n. 1, p. 29-37, 2002.

STROPASOLAS, V. L. Trabalho Infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, ano 17, n. 27, p. 249-286, 2012.

WOODHEAD, M. Psychosocial impacts of Child Work: a framework for research, monitoring and intervention. *The International Journal of Children's Rights*, v. 12, p. 321-377, 2004.